

SELIGA

ATENS SINDICATO NACIONAL

AGOSTO, 2026 - 47ª EDIÇÃO

CADA CONQUISTA NASCE DA ORGANIZAÇÃO. CADA DIREITO SE MANTÉM COM MOBILIZAÇÃO

RSC avança para a fase de implementação

Regulamentação foi publicada em julho e instituições começam a organizar os procedimentos para recebimento dos pedidos.

Julho foi um mês de menor movimentação política em Brasília, em razão do recesso parlamentar e do período de férias nas instituições federais de ensino. Ainda assim, um tema concentrou a atenção dos Técnicos de Nível Superior: a regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

No início do mês, foi publicado o Decreto nº 13.048/2026, que regulamenta os critérios e procedimentos para a concessão do RSC aos servidores da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. Na sequência, o Ministério da Educação publicou a Portaria MEC nº 608/2026, estabelecendo o formulário padrão que deverá ser utilizado pelas Instituições Federais de Ensino para formalização dos pedidos.

Com a publicação do decreto e da portaria do MEC, as Instituições Federais de Ensino avançaram na implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). O cenário, porém, ainda varia entre as instituições: enquanto algumas já regulamentaram os procedimentos e concederam os primeiros reconhecimentos, outras seguem estruturando as comissões e as normas internas para análise dos requerimentos.

O ATENS Sindicato Nacional acompanha esse processo em todo o país e orienta os Técnicos de Nível Superior a conhecerem a regulamentação e manterem organizada a documentação que comprove suas atividades e experiências profissionais. O sindicato continuará divulgando orientações e acompanhando a implementação do RSC nas instituições, além de seguir defendendo o aperfeiçoamento da regulamentação, especialmente em relação aos aposentados e aos servidores com título de doutorado.

A luta continua

Embora a regulamentação represente uma conquista importante para os servidores do PCCTAE, o ATENS Sindicato Nacional reafirma que ainda existem pautas fundamentais a serem alcançadas.

Entre elas está a extensão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores detentores do título de doutorado, que ficaram de fora da regulamentação, e a construção de uma solução para os aposentados, que também não foram contemplados pelo modelo atualmente estabelecido.

O sindicato continuará acompanhando todas as etapas de implementação do RSC, orientando a categoria e atuando para que o reconhecimento alcance todos os Técnicos de Nível Superior que têm direito à valorização de sua trajetória profissional.

Assédio eleitoral é crime e deve ser denunciado

Com a aproximação das eleições, cresce a preocupação com casos de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. A prática ocorre quando empregadores, gestores ou superiores hierárquicos utilizam sua posição para tentar influenciar o voto de trabalhadores por meio de ameaças, constrangimentos, promessas de vantagens ou qualquer outra forma de pressão.

O assédio eleitoral viola direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, entre eles a liberdade de consciência, a liberdade de manifestação política e o direito ao voto livre e secreto. No serviço público, esse tipo de conduta também pode ocorrer quando servidores são pressionados a apoiar determinados candidatos ou grupos políticos, ou quando há insinuações de prejuízos funcionais em razão de posicionamentos políticos.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) reforça que qualquer tentativa de interferência na escolha eleitoral do trabalhador é ilegal e orienta que situações dessa natureza sejam denunciadas aos órgãos competentes.

O ATENS Sindicato Nacional reforça que o ambiente de trabalho deve permanecer livre de qualquer forma de coação política, preservando a autonomia dos servidores e o respeito às garantias constitucionais. Caso o servidor seja vítima ou testemunhe situações de assédio eleitoral, é importante reunir provas, sempre que possível, e buscar os canais oficiais de denúncia.

Os filiados ao ATENS que necessitarem de orientação jurídica ou de apoio diante de situações de assédio eleitoral podem procurar o Sindicato. A equipe jurídica está à disposição para prestar esclarecimentos, orientar sobre as medidas cabíveis e acompanhar os servidores na defesa de seus direitos.

Burnout: aumento de ações judiciais acende alerta sobre saúde mental no trabalho

O adoecimento mental relacionado ao trabalho tem levado um número cada vez maior de trabalhadores à Justiça. Levantamento divulgado pela Predictus (empresa de tecnologia brasileira focada em inteligência jurídica) mostra que, entre 2016 e 2026, mais de 22 mil ações judiciais envolvendo a síndrome de burnout foram ajuizadas no país, um crescimento superior a 400% em relação ao início da série histórica. Juntas, essas ações somam quase R\$ 10 bilhões em valores de causa.

Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fenômeno ocupacional, a síndrome de burnout está associada ao estresse crônico no ambiente de trabalho e pode ser desencadeada por fatores como sobrecarga de atividades, pressão constante por resultados, jornadas excessivas, assédio moral e condições inadequadas de trabalho.

O estudo aponta ainda que o setor da educação figura entre aqueles que registraram maior crescimento de processos relacionados ao burnout nos últimos anos, evidenciando os impactos da intensificação do trabalho sobre os profissionais da área.

Para o ATENS Sindicato Nacional, a saúde mental deve fazer parte das políticas de valorização dos servidores públicos. Promover ambientes de trabalho saudáveis, combater o assédio moral, garantir condições adequadas de trabalho e dimensionar corretamente as equipes são medidas essenciais para prevenir o adoecimento e assegurar qualidade de vida aos trabalhadores.

NA AGENDA

Alguns dos encontros, articulações e espaços de atuação que marcaram o mês do ATENS.



O ATENS Sindicato Nacional participou da Plenária Nacional das Centrais Sindicais, que reuniu cerca de 500 dirigentes e lideranças sindicais de todo o país para discutir a construção de uma agenda unificada de mobilização em defesa dos direitos da classe trabalhadora. A entidade esteve representada pela presidenta Angela Lobo, pela diretora de Administração e Finanças, Rosário Oliveira, e pelo assessor político Francisco Domingos. Entre os principais temas debatidos estiveram a campanha pelo fim da jornada de trabalho 6x1, a articulação política junto ao Congresso Nacional e a organização das mobilizações previstas para o segundo semestre.



O sindicato também participou da reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) e da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros. Representado pela diretora de Articulação Nacional, Wilza da Silveira Pinto, o ATENS acompanhou os debates sobre a conjuntura política e econômica do país, a mobilização contra propostas que impactam o serviço público, a discussão sobre a Reforma Administrativa (PEC 38/2025), a campanha pelo limite dos juros e a construção de estratégias para as eleições de 2026.



Mantendo sua atuação permanente nos espaços de representação e articulação política, o ATENS Sindicato Nacional deu continuidade, ao longo de julho, às reuniões semanais da Diretoria Nacional e às reuniões quinzenais do Fórum de Dirigentes do ATENS, acompanhando as demandas da categoria e definindo estratégias de atuação. O sindicato também seguiu participando das reuniões da Pública Central do Servidor e da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, fortalecendo o diálogo com outras entidades e acompanhando pautas de interesse dos Técnicos de Nível Superior e do funcionalismo federal. Paralelamente, prosseguiram os preparativos para o V Congresso do ATENS, que será realizado em setembro. A Comissão Organizadora mantém reuniões semanais, realizadas às terças-feiras, para definir a programação, a logística e os demais aspectos relacionados ao evento.

VALE A LEITURA

Adoecimento mental na universidade: trabalho, tabu e preconceito

O adoecimento mental no ambiente universitário tem se tornado uma preocupação cada vez mais presente entre docentes, técnicos e estudantes. Neste artigo, a professora e pesquisadora Sílvia Zanolla analisa como fatores ligados às condições de trabalho, à sobrecarga, ao produtivismo e ao preconceito em torno da saúde mental contribuem para o sofrimento da comunidade acadêmica. O texto também chama a atenção para a necessidade de enfrentar os estigmas e construir ambientes institucionais mais acolhedores e preparados para lidar com essa realidade.

Pesquisas revelam que sofrimento mental de professores, técnicos e estudantes continua cercado por estigmas e despreparo institucional

leia o artigo



Projeto pode dificultar acesso à Justiça gratuita

O Senado Federal aprovou um projeto de lei que altera as regras para a concessão da Justiça gratuita. A proposta estabelece novos critérios para comprovação da insuficiência de recursos, o que pode tornar mais burocrático o acesso ao benefício por parte de aposentados, pensionistas, trabalhadores e pessoas de baixa renda.

A Justiça gratuita é um instrumento essencial para garantir que qualquer cidadão possa recorrer ao Judiciário, independentemente de sua condição financeira. Em demandas trabalhistas, previdenciárias e administrativas, esse direito é frequentemente utilizado por pessoas que buscam assegurar benefícios, cobrar valores devidos ou contestar atos que afetem seus direitos.

O texto aprovado ainda será analisado pela Câmara dos Deputados e poderá sofrer alterações antes de sua aprovação definitiva.

O ATENS Sindicato Nacional acompanhará a tramitação da proposta e informará a categoria sobre eventuais mudanças que possam impactar o acesso à Justiça e à defesa dos direitos dos servidores públicos.



Consulta pública defende auxílio-alimentação para aposentados

Está aberta no portal e-Cidadania, do Senado Federal, a consulta pública sobre a proposta que defende a manutenção do auxílio-alimentação para os servidores públicos após a aposentadoria.

Atualmente, o benefício é encerrado assim que o servidor se aposenta, apesar de as despesas com alimentação, saúde e medicamentos permanecerem – e, em muitos casos, aumentarem nessa etapa da vida.

A proposta busca corrigir essa situação, reconhecendo a importância de garantir maior segurança financeira e valorização aos servidores que dedicaram sua trajetória ao serviço público.

O ATENS Sindicato Nacional apoia a iniciativa e convida toda a categoria a participar da consulta pública. A participação dos cidadãos é uma importante ferramenta para demonstrar aos parlamentares o interesse da sociedade em torno do tema.

Participe e registre seu voto favorável à proposta.

A consulta está disponível em:

consulta pública



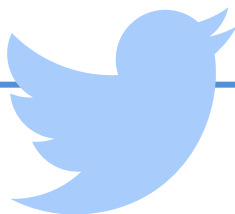
ACOMPANHE O ATENS SN NAS REDES SOCIAIS

instagram.com/snatens
facebook.com/atens.sn
twitter.com/AtensSn
youtube.com/atenssindicatonacional
www.atens-sn.org.br

TELEGRAM

O ATENS Sindicato Nacional está no Telegram! Quer participar da construção das propostas do sindicato e ter as suas demandas ouvidas? Então corre e clica no link para entrar no grupo:
<https://t.me/atenssindicato>

*Vamos construir juntos!
O Sindicato somos nós!*



FILIE-SE



Atendimento - Diretoria Nacional
Secretaria
Tel: (31) 2528-2588
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
E-mail: juridico@atens-sn.org.br

Lugar de aposentado é no sindicato!